

DESMAME PRECOCE E SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CRIANÇAS COM ESTADO NUTRICIONAL ALTERADO ADMITIDAS EM UNIDADE HOSPITALAR.

O desmame precoce, ainda em fase de aleitamento materno exclusivo, exerce importante influência na alta prevalência tanto de desnutrição quanto de sobrepeso/obesidade em fases precoces da vida. Neste contexto, fatores socioeconômicos, dentre estes: escolaridade materna e renda familiar mensal, podem influenciar a ocorrência de desmame precoce. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi identificar os fatores socioeconômicos que influenciam a ocorrência do desmame precoce em crianças com estado nutricional alterado admitidas em unidade hospitalar. Para tanto, foi realizado um estudo transversal de caráter quantitativo. A amostra foi constituída por crianças ($n=61$) previamente hígdas, admitidas por doença respiratória aguda em unidades pediátricas de um hospital universitário, entre janeiro/junho de 2012. O projeto foi aprovado pelo CEP da instituição responsável. Os dados foram coletados por meio de instrumento estruturado. A análise foi realizada por estatística descritiva, sendo os resultados expressos por média \pm desvio padrão e frequência absoluta. A idade dos pacientes foi $9,1\pm 7,2$ meses, com predomínio do sexo masculino (57,4%; $n=35$). O estado nutricional foi descrito como Escore Z – escala da Organização Mundial de Saúde (OMS/2006), sendo obtidos: eutrófico (52,5%; $n=32$); sobrepeso/obeso (26,2%; $n=16$); risco para sobrepeso (13,1%; $n=8$) e magreza acentuada/magreza (8,2%; $n=5$). Para o aleitamento materno exclusivo, foi registrado o menor período (meses) para os estados nutricionais sobrepeso/obeso ($3,5\pm 0,8$) e magreza acentuada/magreza ($3,5\pm 1,4$), seguidos por risco para sobrepeso ($4,5\pm 0,8$) e eutrófico ($5,9\pm 0,5$). A idade e a escolaridade materna, e a renda familiar mensal, relacionadas aos estados nutricionais magreza acentuada/magreza e sobrepeso/obeso, foram: $23,2\pm 1,4$ anos ($n=17/21$) e segundo grau incompleto para ambas as situações de extremos nutricionais, e registro de um a dois salários mínimos para magreza acentuada/magreza (100,0%; $n=5$) com média de $4\pm 0,8$ pessoas compartilhando a renda; e, dois a três salários mínimos (75,0%; $n=12/16$) e três ou mais salários mínimos (25,0%; $n=4/16$) para o estado nutricional sobrepeso/obeso, com média de $3\pm 1,2$ e $2\pm 2,5$ pessoas compartilhando a renda, respectivamente. Os resultados deste estudo sugerem que o aleitamento materno ineficaz, atrelado a uma situação socioeconômica deficiente, pode favorecer o surgimento de um cenário propício para desvios nutricionais. A idade materna pode sugerir pouca experiência com a amamentação e, portanto, menor estímulo para exercer o ato de amamentar. Uma menor renda familiar mensal, associada ao desmame precoce, propicia a introdução de alimentos com menor valor nutritivo o que favorece o aparecimento tanto de desnutrição quanto de obesidade. Deste modo, um programa de orientação e monitoramento individualizado para efetivação do aleitamento materno exclusivo pelo período de até seis meses, conforme o preconizado pela OMS, favorece um ganho de peso corporal mais fisiológico, o que pode influenciar de forma positiva no bem-estar e na qualidade de vida da população infantil.